

## 7. Considerações finais

Ao concluirmos este artigo, gostaríamos de sugerir algumas hipóteses e linhas de pesquisa com vistas a aumentar nosso conhecimento sobre a organização do trabalho na economia cafeeira durante este período.

Em primeiro lugar, a escravidão agrícola nos países das Américas, principalmente aquela utilizada na produção de açúcar, café e algodão e outros produtos visando o mercado de exportação, deve ser considerada como um único fenômeno, no qual o padrão de unidade foi muito mais importante do que as diferenças porventura existentes. Acreditamos, pois, que seria muito útil um estudo comparativo com outras sociedades escravocratas — EUA, Cuba, Índias Ocidentais inglesas e holandesas, etc. —, principalmente sob um aspecto: o problema de mão-de-obra criado com a abolição e as soluções adotadas para a superação deste problema. O estudo comparativo seria útil por duas razões: a) em face de problemas similares, podemos supor terem sido tentadas soluções semelhantes; e b) como o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, poderia portanto ter conhecido e avaliado as experiências com a abolição, bem como os problemas enfrentados e as soluções encontradas por estes países.

Em segundo lugar, cremos que ainda não foi dada a devida importância aos fatores endógenos no processo de utilização de imigrantes europeus. Por volta de 1905, São Paulo estava produzindo cerca de 5/6 da produção brasileira e 2/3 da produção mundial de café, sendo que 4/5 de seus trabalhadores eram italianos. É claro que essa notável experiência com imigração já recebeu a atenção de diversos autores (e muito foi escrito sobre a importância dos fatores exógenos na determinação da oferta de trabalhadores europeus para a agricultura brasileira); contudo é necessário pesquisar-se mais o papel dos fazendeiros de café nesse processo, bem como a evolução dos diversos elementos da demanda por imigrantes na segunda metade do século XIX.

As primeiras experiências com o emprego de trabalhadores europeus começaram nos últimos anos da década de 40 e em princípios dos anos 50, quando algumas fazendas de café em São Paulo e no Rio de Janeiro empregaram trabalhadores alemães e suíços. Em 1854, cerca de 7,5% dos trabalhadores (escravos e livres) nas fazendas de café eram imigrantes.

A princípio, os contratos de trabalho baseavam-se em sistemas de parceria, com os fazendeiros de café financiando diretamente os custos

da viagem da Europa para o Brasil, o transporte entre o porto e as fazendas, e ainda os primeiros meses de adaptação das famílias de imigrantes no Brasil. Nos anos de 1860, os contratos de trabalho começaram a ser feitos na base de salários diários ou mensais ao invés de parceria, começando o governo do Império a financiar diretamente os custos da imigração (comissões e transporte). A participação relativa de imigrantes na força de trabalho das fazendas de café, entretanto, já havia caído, e continuaria baixa até meados dos anos de 1880. Nos anos de 1870 uma terceira forma de contrato começou a ser amplamente adotada, baseada num misto de pagamento por empreitada (para a produção de café), parceria (produção de alimentos) e salário (para outras tarefas desempenhadas na fazenda). As províncias também passaram a colaborar com o governo imperial para o pagamento dos custos de recrutamento e transporte dos imigrantes. Mas, apesar dessas inovações, a imigração europeia continuava inexpressiva, sua participação na força de trabalho não ultrapassando os 5% nas fazendas de café de São Paulo nos anos de 1870. Somente em meados de 1880 é que se inicia o grande influxo de imigrantes italianos (na sua maioria vindos do norte da Itália), como se observa na figura 2.

Em nossa opinião, os diversos instrumentos (contratos de trabalho, esquemas de recrutamento de imigrantes, subsídios públicos e privados), testados e desenvolvidos no período, foram elementos de um processo de inovação institucional para assegurar um emprego maciço de imigrantes europeus na lavoura cafeeira. As linhas-mestras desse processo de inovação institucional, entretanto, já estavam estabelecidas nos anos de 1870. Todavia a *difusão* desse processo ocorreu somente em meados dos anos de 1880 devido à existência da escravidão, pois era mais conveniente e lucrativo para os fazendeiros de café o emprego de escravos do que imigrantes, até que a *pressão abolicionista* forçou a promoção da imigração em grande escala.

Finalmente, em nossa opinião, é necessária uma revisão do papel atribuído aos fazendeiros de café do Rio de Janeiro no processo de utilização de imigrantes. Acreditamos que a maior parte das diferenças de comportamento com relação aos fazendeiros paulistas quanto à organização da produção pode ser explicada por outras causas — solo, clima, topografia, localização, época, etc. — que não a existência de uma mentalidade *tradicional* ou *pré-capitalista* por parte dos primeiros.